



AMEAÇAS À DEMOCRACIA

Marina Vitelli
Marcela Furlan
Giovanna Daher

INFORMES TEMÁTICOS 2021

Organizadoras
Juliana Bigatão
Marina Vitelli

Nº 9
ANO 2021



Observatório
Brasileiro de
Defesa e
Forças Armadas
EPPEN-Unifesp



GEDES
GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA
E SEGURANÇA INTERNACIONAL

Apresentação

O *Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas (ObDEF)* é um observatório temático da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), constituído por docentes e discentes do curso de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (Eppen), e tem como missão promover o debate público sobre a defesa nacional e as relações civis-militares de forma a contribuir com o semear de uma cultura democrática. Trata-se do mais recente integrante da rede [Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas](#), coordenada pelo Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

O *ObDEF* é um instrumento de monitoramento da política de defesa brasileira e do papel das forças armadas na sociedade e entre seus campos prioritários de observação estão os materiais veiculados pela grande imprensa brasileira sobre o tema. Nesta publicação "Informes Temáticos", apresentamos análises de assuntos que ganharam destaque na imprensa brasileira ao longo de 2020, os quais foram identificados a partir da sistematização dos resumos semanais do "Informe Brasil". Tal publicação abarca o período de sete dias de trabalho de redatores e redatoras (de sábado à sexta-feira) e nele os materiais selecionados nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense são agrupados de acordo com a temática e transformados em resumos, nos quais são destacadas as informações atinentes ao enfoque do *ObDEF*. Diferentemente dos resumos dos Informes, que reportam expressamente os conteúdos e as declarações expostas nos jornais, os "Informes Temáticos" tomam a grande imprensa como objeto de análise, com o intuito de oferecer reflexões a respeito da forma como os veículos midiáticos constroem as funções dos aparatos de defesa e das forças armadas perante o imaginário social. Assim, buscamos observar os veículos de comunicação mais como uma fonte de análise da representação política e social do que de leitura fidedigna do factual.

Na produção dos "Informes Temáticos", contamos com o trabalho sério e competente de docentes e discentes da EPPEN-Unifesp e da Unesp-Franca e de pesquisadoras/es, pós-graduandos e pós-graduandas do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas.

Convidamos toda a comunidade para apreciar os "Informes Temáticos" dos oito temas de maior destaque em 2021 na área de defesa e forças armadas: Ameaças à democracia; As leis de Segurança Nacional e Antiterrorismo; As forças armadas e a pandemia; As forças armadas e a Amazônia; As forças armadas e a segurança pública; Indústria e Orçamento de Defesa; Os militares no governo Bolsonaro; O 7 de setembro.

Desejamos uma ótima leitura!

Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas
Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/Unesp)

Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas
Juliana de Paula Bigatão (EPPEN-Unifesp)
Marina Gisela Vitelli (EPPEN-Unifesp)

Equipe Informe Brasil- 2021

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira
Juliana de Paula Bigatão
Laura Meneghim Donadelli
Leonardo Pontes Vinhó

Redação

- Alice Tomazzetti da Silveira
- Beatriz Grasiano Campos
- Davi Campos Matos
- Débora Cruz Silva
- Gabriela Araujo da Silva
- Gabriela Lopes Ferreira
- Giovani Nunes de Aguiar
- Giovanna Palas Soares Santos
- Gislaine Amaral Silva
- Grazielly Dourado Santos
- Guilherme Evaristo R. Macieira
- Henrique Muniz Fernandes
- Isadora Antunes Botelho
- Jonas de Paula Vieira
- Juliana Haniu
- Léa Brieze Staschower
- Leonardo Pontes Vinhó
- Leticia Beneves
- Lisa Barbosa
- Lucas Rizzati Iquegami
- Maria Júlia Barbosa S. N. ScandiuZZi
- Marianna Braghini
- Rodrigo Freitas de Souza
- Thalia Cristina Vieira Lima
- Yuugo Gushiken

Créditos das imagens:

Capa: [Sergio Lima / AFP / CP](#)

Corpo do informe: [Agência Brasil](#)

Contracapa: [Centro de Comunicação do Exército Brasileiro](#)

Para citar este informe:

BIGATÃO, J. P.; VITELLI, M. G. (org). VITELLI, M.; SILVA, G. A.; SCANDIUZZI, M. J. B. S. N. Ameaças à democracia. Informe Temático 2021. Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, 2022.

AMEAÇAS À DEMOCRACIA

Marina Vitelli

Docente do Departamento de
Rel. Internacionais da UNIFESP

Gislaine Amaral Silva

Graduada em Rel. Internacionais
pela UNIFESP

Maria Júlia B. S. Nunes Scandiuzzi

Graduanda em Rel. Internacionais
na Unesp/Franca

No ano de 2021, uma série de acontecimentos e discursos explicitaram as diversas formas nas quais o papel das forças armadas na política brasileira se difere do esperado numa democracia. Por um lado, declarações políticas de membros do alto escalão das forças armadas foram recorrentes. De outro, o próprio presidente da República tentou instrumentalizar as forças armadas para seu benefício político pessoal. Em interlocução com os fatos relatados nos informes “Militares no governo”, “As forças armadas e a pandemia” e o “7 de setembro”, este documento aborda diversas facetas do deteriorado quadro das relações civis-militares no Brasil que enfraquecem a democracia.

A democracia em risco em 2021

Em fevereiro de 2021 foi publicado o livro [“Villas Bôas - Conversa com o Comandante”](#), escrito pelo professor Celso Castro (FGV) a partir de entrevistas concedidas pelo general Eduardo Villas Bôas, comandante do Exército entre 2015 e 2019. No depoimento, o general fez menção aos tweets postados em 2018, em referência ao julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do *habeas corpus* apresentado pelo ex-presidente Lula da Silva. Villas Boas revelou que uma primeira versão com “teor bem mais incendiário” teria sido modificada por colegas militares incluindo o então ministro da Defesa e general da reserva Joaquim Silva e Luna, juntamente com o general da reserva Alberto Mendes Cardoso e militares da ativa servindo no Alto Comando do Exército, alguns dos quais passaram a ocupar cargos muito importantes no governo Bolsonaro, como os generais da reserva Fernando Azevedo e Silva, Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Walter Souza Braga Netto e Edson Leal Pujol. O ministro do STF Edson Fachin reagiu às declarações de Villas Bôas, classificando como “intoleráveis e inaceitáveis” quaisquer tipos de pressão contra o Poder Judiciário e que, se comprovada, a declaração se constitui “gravíssima e atenta contra a ordem constitucional”. Em resposta à crise, o então ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, procurou o presidente do STF, Luiz Fux, e defendeu que a manifestação de Villas Bôas foi uma ação isolada, negando que tenha havido uma reunião do Alto Comando para deliberar sobre o assunto. Os militares consideraram a reação de Fachin “despropositada” por se tratar de algo ocorrido há três anos e de não considerar o já referido sentimento de “impunidade”.

No mês seguinte, ocorreu o episódio identificado pela imprensa como [a mais grave crise militar do período recente](#). No dia 29 de março, o presidente Bolsonaro demitiu o ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, e nomeou para o posto o então ministro-chefe da Casa Civil, Braga Netto, terceiro militar a chefiar a pasta no período democrático. Embora a troca tenha envolvido outros cinco ministérios, a imprensa a interpretou em razão da resistência de

Azevedo e Silva em defender o presidente em seus embates com o Judiciário e os governadores nos conflitos pelo gerenciamento da pandemia, no contexto de novas restrições à movimentação de pessoas para frear a transmissão do vírus. Após sua demissão, Azevedo e Silva emitiu uma nota na qual declarou ter sido leal ao presidente e enfatizou que nos dois anos de seu mandato buscou preservar as “Forças Armadas como instituições de Estado”, sentença esta que, para os jornais, seria indicativa das discordâncias entre presidente e general sobre a instrumentalização das Forças Armadas pelo governo.

No seu primeiro dia à frente da pasta, Braga Netto anunciou aos comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica o desligamento de seus cargos. [Segundo a imprensa](#), a demissão do comandante do Exército, Edson Leal Pujol, já era esperada em razão de divergências com o presidente quanto à politização da instituição, o que não teria ocorrido até então por resistência de Azevedo e Silva em fazê-la. Já os comandantes da Marinha e da Aeronáutica teriam sido desligados porque suas renúncias eram esperadas em solidariedade a Pujol. Houve um momento de tensão até o anúncio dos novos comandantes, durante o qual se temia que Bolsonaro os escolhesse seguindo preferências políticas; mas ele acabou respeitando o critério de antiguidade. Assim, o general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira substituiu Pujol no comando do Exército, o almirante Almir Garnier dos Santos assumiu o comando da Marinha, ao passo que o comando da Força Aérea passou a ser do tenente-brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior.

Uma das primeiras ações de Braga Netto à frente do Ministério da Defesa foi mudar o texto da ordem do dia alusiva ao Golpe Civil-Militar de 1964 que havia sido escrito pelo predecessor, inserindo uma menção de celebração do golpe como um marco histórico. Além do mais, o novo texto exaltou a ditadura como um pedido do povo brasileiro.

Outro episódio que provocou repúdio generalizado foi [a participação do então ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, num evento político](#) na cidade do Rio de Janeiro junto ao presidente da República. De acordo com Regulamento Disciplinar do Exército, constitui-se transgressão deixar de cumprir o Estatuto Militar, o qual veda a manifestação pública de um militar da ativa sobre assuntos político-partidários sem que haja autorização. Representantes de diversos partidos políticos criticaram Pazuello pela indisciplina e pediram sua punição como sinalização de inadmissibilidade da quebra da disciplina e da hierarquia nas forças.

Segundo as normas, caberia a Paulo Sérgio, comandante do Exército, questionar Pazuello, abrir o processo e, depois de julgado, aplicar a punição. Ao tomar conhecimento que seria emitido um comunicado à imprensa informando a abertura de uma apuração disciplinar contra Pazuello, o presidente Bolsonaro ligou para o ministro da Defesa e o proibiu que o fizessem, manifestando sua [posição contrária a uma punição do general](#).

O processo disciplinar foi aberto após representação contra Pazuello protocolada no Ministério Público Militar. Em defesa enviada ao Comando do Exército, Pazuello negou ter participado de ato político-partidário e argumentou ter sido convidado pelo presidente para um passeio de moto, sendo surpreendido com o pedido para subir no carro de som onde o mesmo estava. Além disso, ressaltou que não é filiado a nenhum partido e que o país não está em período eleitoral. Pazuello justificou ainda que estava com o comandante em chefe das Forças Armadas, o próprio presidente da República, e que não faria uma desfeita a ele. Disse também que a atividade “não teve nenhum viés político” uma vez que Bolsonaro não estava filiado a nenhum partido político naquele momento. O general Paulo Sérgio acatou os argumentos apresentados pela defesa de Pazuello e [decidiu não punir o general](#), pois entendeu que “não restou caracterizada a prática de transgressão disciplinar”. Ademais, [o Exército impôs sigilo de 100 anos ao processo](#), sob a justificativa de “preservar a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem do oficial [Pazuello], bem como resguardar os preceitos constitucionais da hierarquia e da disciplina, no âmbito das Forças Armadas”.

As eleições de 2022 também ocuparam a pauta política e mobilizaram declarações de militares. Em meio ao declínio nas intenções de voto indicadas nas pesquisas eleitorais de 2022, Bolsonaro, apoiado por militares que compõem seu governo, passou a proferir acusações infundadas sobre a segurança das urnas eletrônicas, exigindo mudanças no sistema eleitoral. No final do mês de julho, o presidente fez uma transmissão acompanhado do coronel da reserva do Exército Eduardo Gomes da Silva – apresentado como “analista de inteligência” – que alegou que [as urnas têm "problemas" e precisam de "melhorias"](#), sem apresentar provas das afirmações. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) instaurou inquérito administrativo para investigar as acusações feitas por Bolsonaro ao sistema eleitoral sem evidências.

Nesse contexto, no dia 22 de julho, o jornal O Estado de S. Paulo afirmou que Braga Netto, por meio de um interlocutor político, teria proferido ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), que [sem voto impresso não haveria eleições em 2022](#). Em resposta, Lira teria procurado Bolsonaro para dizer que não participaria de nenhuma ruptura institucional. Questionado pela Folha de S. Paulo, Braga Netto negou a informação e alegou que não se comunica com presidente de outros poderes por meio de interlocutores, que as forças armadas sempre atuam nos limites da Constituição e seguiu defendendo o voto impresso. Lira, por sua vez, negou a informação ao periódico, mas em suas redes sociais não desmentiu as ameaças. Segundo o então presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, ao questioná-los, ambos desmentiram a informação.

As declarações de Braga Netto provocaram reações – ainda que moderadas – no Supremo e no Congresso. Em 27 de julho, [o ministro do STF Gilmar Mendes solicitou investigação das falas do general](#), e pediu manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre os pedidos de investigação contra Braga Netto e suas declarações sobre o voto impresso. O procurador-geral Augusto Aras instaurou uma apuração preliminar para averiguar “possível infração político-administrativa” na mensagem de Braga Netto a Lira, suspendendo outras investigações do mesmo teor por parte do Ministério Público Federal (MPF), já que a PGR investigava o caso. Para os decanos do STF, a investigação aberta por Aras se tratou de manobra estratégica para afastar o caso da Corte.

Por outro lado, em agosto, Braga Netto foi convocado para uma audiência conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Controle, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e do Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. Na ocasião, o ministro negou ter ameaçado as eleições de 2022, se queixou de sofrer “criminalização” por “ter uma posição diferente” e ainda disse que o Brasil não passou por uma ditadura entre 1964-1985, [negando as torturas e execuções do regime militar](#).

Poucos dias depois, em 10 de agosto, enquanto a Câmara dos Deputados se reunia para deliberar sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do voto impresso, ocorreu outro episódio que associou as forças armadas ao clima de ameaça contra a democracia: [um desfile militar com características inéditas nas redondezas do Congresso](#). O desfile fazia parte da Operação Formosa, que acontece anualmente desde 1988. No entanto, antes realizado pela Marinha, essa foi a primeira vez em que participaram o Exército e a Aeronáutica, sob coordenação do Ministério da Defesa; e a primeira ocasião em que um desfile militar aconteceu na Esplanada em dia útil. Por conta dessas e outras excepcionalidades, o desfile, desde seu anúncio, foi compreendido por políticos, analistas, membros do Judiciário e pela imprensa como uma forma de pressionar, intimidar e influenciar o voto positivo dos parlamentares à PEC do voto impresso, a qual foi rejeitada na casa legislativa. [Altamente criticado](#), o desfile foi também ridicularizado sobretudo nas redes sociais pela precariedade e sucateamento dos equipamentos militares, além do baixo apoio popular.

Enquanto o desfile ocorria, de acordo com O Estado de S. Paulo, o então presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, e o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, [se encontraram](#)

[em uma reunião](#) que não constava na agenda oficial de ambos e foi mantida em segredo. Conforme o periódico, Barroso questionou Mourão sobre a escalada das tensões entre os Poderes e um eventual apoio das forças armadas a intentos golpistas de Bolsonaro, ao que Mourão o “tranquilizou” alegando compromisso do Alto Comando com a legalidade e que “ninguém impediria as eleições de 2022”.

No último trimestre do ano, Bolsonaro mudou de estratégia: abandonou a pressão pelo voto impresso, mas apoiou uma maior participação das forças armadas na organização do pleito. No mês de setembro, Barroso procurou o ministro da Defesa para obter [a indicação de um representante militar para compor a Comissão de Transparência das Eleições](#) que acompanhará cada etapa do processo de preparação do pleito de 2022, também composta por representantes de partidos políticos, Tribunal de Contas da União (TCU), MPF, Ordem dos Advogados do Brasil e acadêmicos. O indicado foi o general de divisão do Exército e comandante de defesa cibernética, Heber Garcia Portella, que terá acesso livre a recursos do TSE no planejamento de auditoria do processo eleitoral. A inclusão de um militar na Comissão foi elogiada por Bolsonaro e justificada pelo presidente do TSE em razão da “representatividade do setor na sociedade”. Além disso, em dezembro, [o general Azevedo e Silva - ex-ministro da Defesa - foi indicado para assumir o cargo de diretor-geral do TSE](#), embora o fato não tenha se concretizado..

Por fim, um episódio que resultou numa atitude incorreta do ministro da Defesa e dos comandantes das forças foi a resposta dada às falas proferidas em 7 de julho pelo senador Omar Aziz (PSD-AM), presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pandemia. Em razão dos indícios de envolvimento de militares em esquemas de corrupção na aquisição de vacinas, além da desastrosa gestão de Pazuello enquanto ministro da Saúde, Aziz utilizou a expressão “[lado podre](#)” para se referir a estes militares. Em resposta, o Ministério da Defesa emitiu uma nota assinada em conjunto com os comandantes das três forças de cunho autoritário e ameaçador. Na nota, os oficiais alegaram que o senador atacou os militares “de forma vil e leviana”. Ademais, em entrevista ao jornal O Globo, o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Carlos de Almeida Baptista Júnior, condenou a fala de Aziz e disse que “fazer julgamentos de oficiais é muito desagradável e não podemos aceitar” e ainda que “homem armado não ameaça”, a qual ratificou em suas redes sociais. Braga Netto foi convocado a comparecer em audiência da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados no dia 17 de agosto para se explicar sobre a nota que, de acordo com a Folha de S. Paulo, foi uma “imposição de Braga Netto” aos comandantes e o “texto veio pronto”.

Os editoriais sobre as ameaças à democracia

Os acontecimentos descritos acima suscitaram grande atenção da mídia. Considerando os materiais jornalísticos analisados nos Informes Brasil de 2021, os assuntos que abordavam ameaças à democracia constituíram 27% do material total, 35% das colunas e análises e 30% dos editoriais, conforme publicamos no [Anuário 2021](#). Todos os acontecimentos resumidos aqui foram comentados por editoriais, em algumas ocasiões por mais de um. Em razão da relevância desse tipo de material no posicionamento dos jornais, esta análise da cobertura da imprensa sobre as ameaças à democracia se concentrará nos editoriais publicados pelos três jornais: Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. Acreditamos que tal escolha permite uma reflexão centrada nas percepções da grande imprensa escrita sobre o papel que cabe às forças armadas no quadro de deterioração das relações civis-militares e das ameaças à democracia.

Neste sentido, os [Informes de 2020](#) tinham constatado alguns avanços nas visões críticas da grande imprensa em relação ao ativismo político das forças armadas brasileiras, em contraste com as primeiras impressões que os jornais tiveram do papel dos militares no governo

Bolsonaro em 2019. Enquanto no começo da gestão os periódicos caracterizavam, quase de forma unívoca, a ala militar como moderada, técnica, competente e respeitosa da institucionalidade democrática, depois do segundo ano do governo, tal percepção foi matizada. As fortes tensões institucionais do primeiro ano de pandemia fizeram com que a imprensa identificasse comportamentos e atitudes problemáticos nas forças armadas. Em contraste, os editoriais que abordaram os sucessos aqui descritos retomaram o olhar ingênuo sobre o papel das forças armadas nesses fatos.

Uma primeira questão a se apontar é que os editoriais refletem a crença muito enraizada na mídia de que o problema atual do envolvimento de militares na política não é responsabilidade das forças armadas como instituição, sendo o presidente e suas tentativas de politizar a corporação, junto com o acionar de alguns “maus militares”, os principais culpados pela situação. Assim, os editoriais transmitem a ideia de que as crises são provocadas pelas intenções de Bolsonaro de exigir sinalizações de lealdade política por parte de autoridades militares, como no caso da demissão do ministro da Defesa e dos comandantes. Nessas situações, os jornais entendem que as instituições militares sempre reagiram procurando “proteger a institucionalidade”, no caso, a lógica de que elas são instituições de Estado e não de governo, uma frase problemática, como argumentamos na próxima seção. Por outro lado, nos casos das crises provocadas por Bolsonaro, com o envolvimento de militares, que acabam numa vitória do presidente, as forças armadas não são responsabilizadas.

Um exemplo da primeira situação pode ser encontrado na [demissão do ministro e dos comandantes](#). Para os jornais, a crise institucional foi criada pela exigência de Bolsonaro de uma posição mais beligerante por parte daqueles em relação ao Congresso e o STF no contexto da oposição desses poderes a decisões do governo federal. Na visão da imprensa, o ministro e os comandantes teriam adotado uma postura institucional e democrática ao se negarem a demonstrações de lealdade política ao presidente, motivo pelo qual teriam sido demitidos. Esta narrativa inclui uma série de problemas. Em primeiro lugar, não considera eventos do passado recente nos quais o ministro da Defesa teve comportamentos incompatíveis com a institucionalidade. De fato, há menções à figura do general Azevedo como tendo desenvolvido um papel moderador do presidente, sacralizando os termos da nota publicada pelo general, esquecendo que foi ele mesmo que passou de helicóptero sobre as manifestações contra o Congresso e o STF em 2020. Por outro lado, os editoriais interpretaram a suposta negativa de demonstração de lealdade separada do quadro mais completo de ativismo político das forças armadas brasileiras, tanto na história quanto nos últimos tempos, questão que aprofundamos na próxima seção.

O desfecho da crise também foi interpretado como uma vitória da “resistência institucionalista” das forças armadas às tentativas de instrumentalização por parte do presidente: ele não teve outra opção a não ser respeitar o critério de idade na escolha dos novos comandantes, não conseguindo nomear oficiais alinhados politicamente a ele. Insistindo em que foram as forças armadas que evitaram “a politização dos quartéis”, os veículos reforçam uma interpretação limitada do problema da política nas forças armadas ao não conectar os fatos com o persistente ativismo político dos militares brasileiros, muito mais independente de Bolsonaro do que se pensa.

Dois acontecimentos foram casos difíceis para a imprensa dispensar da crítica à ação de militares: [a participação do general Pazuello no ato político](#) com o presidente e a ameaça do general Braga Netto de que sem voto impresso não haveria eleição. Apesar disso, persistiram posicionamentos problemáticos. No primeiro caso, os três jornais publicaram editoriais condenando a presença de um militar da ativa num ato político, incluindo pedidos de punição severa. Mas é preciso pontuar que a figura do Pazuello naquele momento, dias

depois do seu depoimento lamentável na CPI da Pandemia, encontrava-se extremamente desacreditada. Assim, foi natural criticar um “mau militar”, uma maça podre que ameaçou a hierarquia e a disciplina, contrariando os desejos da alta hierarquia militar. No entanto, quando o comandante do Exército aceitou os termos absurdos da defesa de Pazuello e não puniu o general – além do mais, impondo cem anos de sigilo – os editoriais lamentaram, mas justificaram a impunidade por ser uma suposta tentativa de “evitar nova crise com o Palácio do Planalto”, “conflitos que acirrem os ânimos e levem a um desfecho ainda mais trágico os destinos da nação”, ainda apontando uma suposta insatisfação do Alto Comando. Assim, com a exceção surpreendente de O Estado de S. Paulo, os editoriais da Folha de S. Paulo e do Correio Braziliense passaram, em questão de dias, de demandar um castigo exemplar a justificar o acolhimento da justificativa de Pazuello como um bem para o país.

No caso da ameaça de Braga Netto às eleições, a avaliação da imprensa é similar: houve uma condenação unívoca da atitude do general que “ultrapassou os limites da República” (...) “(atentando) contra o regime democrático”. Entretanto, [a atitude foi compreendida como própria de um militar cooptado pelo Bolsonaro](#) e, portanto, não representaria em nada a instituição das forças armadas, esta protegida por uma hierarquia e uma maioria legalista e democrática.

Isso se repete em dois acontecimentos em que houve participação dos três comandantes, mas [eles foram poupados das críticas](#). O primeiro deles foi o desfile militar na Esplanada no dia da votação da PEC do voto impresso. Embora os três periódicos tenham adotado uma postura crítica e de repúdio ao evento, chama a atenção a centralidade que é dada a Bolsonaro e a Braga Netto em detrimento dos três comandantes, deixando a impressão de que os atos políticos das forças armadas são circunstanciais ao atual governo e a um pequeno grupo de militares, e não um problema estrutural da instituição. Algo similar aconteceu em relação à nota do ministério da Defesa em resposta às críticas do senador Omar Aziz durante audiência da CPI da Pandemia. Apesar da nota ter sido assinada pelo general Braga Netto junto aos três comandantes, [os periódicos imputaram ao ministro maior responsabilidade do que aos chefes das forças que assinaram junto](#).

Há outra constante dos editoriais: na maioria das crises, os textos tomam cuidado de esclarecer que a instituição forças armadas não contempla em hipótese alguma participar de um golpe de estado, nem próprio nem apoiando um autogolpe do presidente. Inclusive na ocasião da publicação do livro com entrevistas do general Villas Boas, embora condenando o tweet, um editorial faz questão de apontar que [“tudo indica que a manifestação de Villas Boas ficou circunscrita àquele episódio”](#). Certamente, uma ruptura institucional radical deve ser uma hipótese cogitada por poucos. Mas chama a atenção a ausência de preocupação em relação aos sinais de protagonismo e interferência das forças armadas brasileiras na política, como, por exemplo, o papel dado a elas no processo eleitoral.

De fato, a questão das ameaças às eleições de 2022 merece um parágrafo à parte. Os periódicos abordaram reiteradamente a possibilidade de ruptura institucional provocada por Bolsonaro com apoio das forças armadas, as alegações infundadas do presidente e de militares sobre a segurança das urnas eletrônicas e a indicação de militares para composição da Comissão de Transparência Eleitoral. Embora críticos às alegações de fraude das urnas eletrônicas e às possibilidades de golpe, os jornais centralizaram as responsabilidades em Bolsonaro, e na maioria dos casos, retrataram os militares como envolvidos pelo presidente na crise política. Nesse contexto, a decisão de Barroso de solicitar ao ministro da Defesa “um representante das forças armadas” para compor a Comissão de Transparência Eleitoral foi, em geral, [considerada positiva pelos jornais](#). De forma similar, a nomeação por parte de Barroso do general Azevedo e Silva como Diretor Executivo do TSE também foi interpretada como uma estratégia necessária para aumentar as chances de as forças armadas não

impugnarem o resultado das eleições. Em nenhum dos dois casos houve manifestação de preocupação em relação ao fato de que o procedimento eleitoral no Brasil atual precisa de um fiador fora dos três poderes, ainda mais quando se trata de uma corporação armada que vem dando sinais claros de ativismo político, pelo menos desde 2014.

Palavras golpistas

Além dos fatos descritos acima, certas declarações proferidas pelo presidente e outras autoridades civis e militares trazem ideias deturpadas sobre o papel das forças armadas numa democracia, constituindo ameaças discursivas à democracia brasileira.

“Minhas forças armadas”

O presidente Bolsonaro repetidamente se refere às forças armadas como “suas”. Por exemplo, no mês de maio, Bolsonaro se referiu a si mesmo como “chefe supremo das Forças Armadas” e usou a expressão “meu exército”.

Se bem o presidente é o comandante em chefe e as forças armadas devem obediência incondicional às suas ordens legais, as expressões do presidente parecem querer transmitir a ideia de que os militares são seus aliados políticos e que isso seria normal e adequado. Por um lado, nas democracias modernas, aquilo que o presidente pode ordenar os militares fazerem está limitado pelas leis e pelas atribuições dos outros poderes. Por outro, as forças armadas não podem ser aliadas de ninguém, pois deveriam ser apartidárias.

Normalização da influência das forças armadas na política nacional

Após assumir a chefia do ministério da Defesa, no contexto da crise aberta pela troca dos comandantes das três forças, o general Braga Netto afirmou: “neste período de intensa comoção e incertezas que colocam à prova a maturidade, a independência e a harmonia das instituições democráticas brasileiras, o Exército, a Marinha e Força Aérea mantém o foco em suas missões constitucionais, permanecendo sempre atentas à conjuntura nacional”.

Por sua vez, em um evento da passagem da chefia do comando de Operações Especiais do Exército, no mês de agosto, Bolsonaro afirmou que o Alto Comando do Exército está “dedicado e preocupado com o futuro da pátria”.

As falas do ministro e do presidente trazem uma ideia incompatível com o papel dos militares nos regimes democráticos. Não cabe às forças armadas acompanhar a conjuntura nacional, e menos ainda desenvolver suas próprias visões políticas sobre as questões nacionais. Ao mesmo tempo, é preciso acender o alerta sempre que uma sociedade comece a achar normal tal conduta, e até demande posicionamentos políticos dos militares, supostamente representando o bem da nação.

O poder militar moderador na democracia?

No mês de agosto, em cerimônia no Palácio do Planalto, Bolsonaro declarou que as forças armadas são o poder moderador e darão “apoio total às decisões do presidente para o bem da nação”. Dias depois, na cerimônia de entrega de espadins aos cadetes do 1º ano da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), o general da reserva e então ministro da Defesa, Walter Braga Netto, citou o artigo 142 da constituição federal de maneira alterada para enfatizar a função das forças armadas como “instituição mediadora dos poderes”, para a garantia da democracia e da liberdade. De forma similar, o general da reserva e chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, Augusto Heleno,

afirmou que seria constitucional o uso do artigo 142 pelas forças armadas para “coibir excessos” e agir como “poder moderador”. Uma expressão semelhante foi proferida pelo então comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, sobre a garantia da estabilidade e dos poderes constitucionais, ao afirmar que o “Exército, a Marinha e a Aeronáutica estão sempre prontos para cumprir a missão delegada pelos brasileiros na Carta Magna”.

A lógica das democracias modernas é que o povo é soberano e governa por meio dos seus representantes – que conformam o poder legislativo e o executivo – escolhidos em eleições livres e justas, os quais devem governar respeitando a ordem constitucional garantida pelo poder judiciário. A existência de um outro poder sem legitimidade eleitoral, por fora desse arranjo institucional, é incompatível com as regras da democracia. A interpretação que supõe que o regime democrático admite a existência de uma corporação que funciona como árbitro dos conflitos por fora e acima do arranjo institucional dos três poderes simplesmente invalida a lógica democrática. Certamente, os termos do artigo 142, ao colocar como missão das forças armadas a garantia dos poderes constitucionais, são ambíguos em relação ao papel destas. Mas é preciso lembrar que ele é fruto de intensa pressão militar sobre a Constituinte e deveria ter sido modificado para não deixar espaço para uma interpretação literal inconciliável com o espírito da constituição.

O inaceitável ativismo político das forças armadas brasileiras

Este informe resumiu as diversas crises institucionais envolvendo as forças armadas ocorridas em 2021, um dos aspectos mais graves do quadro atual de deterioração das relações civis-militares que compõe o panorama mais amplo de enfraquecimento do regime democrático no Brasil. Certamente, os militares não são os únicos responsáveis por essa situação. Entretanto, consideramos fundamental esclarecer perante a sociedade as formas nas quais o atual papel das forças armadas na política brasileira é incompatível com as regras básicas de uma democracia moderna, contribuindo, inclusive, para rupturas institucionais mais graves do que as ocorridas até aqui. Trata-se de uma análise importante considerando que os golpes militares não ocorrem de um dia para o outro, tendo, pelo contrário, como antecedente um estado de deliberação política dentro das forças armadas, como ocorre no Brasil há alguns anos.

Um dos exemplos mais claros dessa deliberação foi o tweet do general Villas Bôas, novamente trazido à tona pelo livro publicado no começo do ano. A confirmação do envolvimento direto do Alto Comando do Exército na formulação do post é mais um indicador do ativismo político das forças armadas como instituição, anterior à eleição de Bolsonaro e, portanto, independente do fato dele ser presidente hoje. Nesse sentido, está claro a uma parte da sociedade que o mandatário pretende instrumentalizar os militares para seu projeto político, incluindo iniciativas de descrédito das eleições e rupturas institucionais mais explícitas. Entretanto, percebemos maior dificuldade no reconhecimento de que existe por parte das forças armadas uma defesa do seu papel na política que é em si mesma uma violação das regras de qualquer democracia. Assim, por trás das tentativas do presidente de forçar demonstrações de lealdade política dos militares há uma decisão institucional das forças armadas de ter uma voz na política brasileira.

De forma similar, foi mais fácil identificar que a participação do general Pazuello – militar da ativa – em ato político infringiu a regra do apartidarismo das forças armadas. Em contraste, há dificuldade para enxergar as múltiplas instâncias de quebra do princípio da não-deliberação que deve ser cumprido pelas forças armadas nas democracias: elas não

devem se posicionar sobre decisões relativas à política, economia, cultura ou o quer que seja, e muito menos formular sua visão própria sobre como o Brasil deveria ser governado.

Por outro lado, é necessário pontuar que as condições para a normalização da interferência dos militares na política estavam dadas desde antes da eleição de Bolsonaro, questões que precisam ser sanadas num próximo governo. Salientamos aqui duas questões nas quais se verifica a insuficiência do controle civil atingido desde a democratização. Em primeiro lugar, a não punição do general Pazuello e a imposição do sigilo de cem anos no processo disciplinar abriram espaço para futuras quebras da regra. Ainda mais: foi um sinal desavergonhado da impunidade da corporação, indicador de que as forças armadas se consideram além do escrutínio da sociedade, com menos obrigação de prestar contas do que outros setores. Em segundo lugar, o papel do general Braga Netto à frente do ministério da Defesa e, em particular, a nota emitida por ocasião dos comentários críticos do senador Omar Aziz, mostram que o mínimo controle civil conseguido sobre a pasta foi destruído. Inclusive, não seria exagero apontar que hoje temos um Ministério das Forças Armadas, pois a pasta se comporta como se fosse a representação da corporação no governo, algo descabido numa democracia.

É possível aqui traçar uma relação com a frase empregada tanto pela imprensa como pelas próprias forças armadas: elas são uma instituição de Estado e não de governo. Em tempo: elas são a seção militar da administração pública, a serviço das autoridades com legitimidade democrática às quais devem obediência nos limites da lei. Ou seja, não estão por cima das instituições civis, como poder moderador, árbitro de conflitos ou reserva moral da nação. Certamente não devem ser utilizadas pelo presidente como sua guarda pretoriana, mas também devem se subordinar aos poderes civis. Nesse sentido, cabe um comentário sobre a troca de ministro e comandantes. A decisão é direito e atribuição do presidente. O problema são os motivos da troca e os casos nos quais a escolha responde à afinidade ideológica. Mas é igualmente perigoso sacralizar a autonomia militar. Os critérios de mérito e senioridade auxiliam na escolha por critérios técnicos, mas servem desde que as forças armadas estejam sob controle civil e respeitadas das regras democráticas. Do contrário, corre-se o risco de colocar no comando os representantes corporativos de forças armadas politicamente autônomas.

No contexto dos acontecimentos aqui abordados, muitos se perguntaram em que medida as forças armadas acompanhariam Bolsonaro numa aventura autoritária. Chama nossa atenção o predomínio do ceticismo sem o devido fundamento: abunda a confiança de que as forças armadas como instituição não apoiariam um autogolpe, nem questionaria o resultado das eleições que não resultasse na recondução de Bolsonaro. Este informe mostrou que existe por parte da imprensa uma cegueira em relação ao ativismo político da instituição castrense. Ao mesmo tempo, entendemos que seria fundamental contar com um mapeamento embasado em dados sobre as crenças políticas dos membros das forças armadas para conseguir aferir o grau de internalização das regras da democracia, tal como se faz em democracias estabelecidas que atingiram níveis altos de controle civil. Conhecendo a autonomia institucional irrestrita que as forças armadas conservam no ensino militar, nossas expectativas sobre a compreensão do papel dos militares nos regimes democrático não são altas.

Por fim, acreditamos que o elemento mais perturbador do cenário atual é o papel dado às forças armadas no processo eleitoral. Comemorado por muitos como um sinal de boa vontade da parte do poder Judiciário, faltaram vozes que destacassem o absurdo de dar à corporação armada o papel de fiador das eleições, ainda mais no quadro atual de ativismo político dos militares. Em qualquer situação, dar “representatividade” às forças armadas no processo eleitoral seria um claro sinal de tutela militar sobre o sistema político. No contexto atual brasileiro, a decisão constitui um indicador da normalização do papel político das forças armadas – claramente incompatível com qualquer democracia – além de sinalizar a falta de

compreensão do fato de que os militares brasileiros têm lado: o lado da corporação, aquela que decidiu retomar seu papel na política e conseguiu, com anuência de diversos atores políticos, econômicos e do poder Judiciário.

Quem pensa que uma democracia tem lugar para a influência de uma corporação por fora dos canais institucionais, não compreendeu como funciona uma democracia. Quem acha que a corporação militar é incapaz de produzir qualquer dano ao país, sofre de um militarismo extremamente perigoso para o regime democrático.

Leituras e materiais recomendados

Ana Penido e Rodrigo Lentz

[A questão militar no Brasil: o retorno do protagonismo dos militares na política](#)

Marina Vitelli

[Back to basics: assessing military involvement in politics in contemporary Brazil](#)

Chutando a Escada #215

[Autoritarismo e Forças Armadas no Brasil](#)

Ana Penido, Mariana Janot e Jorge Rodrigues

[Os militares e o golpe de 2016](#)

Piero Leirner

[Muito além de um tuíte: A sinergia política dos militares e o processo de conquista do Estado](#)

João Roberto Martins Filho

[Guilhotina #132: Os militares e a crise brasileira, com João Roberto Martins Filho](#)

GEDES- Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional

Fundado em 2001, o GEDES é um grupo multidisciplinar que reúne graduandos, pós-graduandos, mestres e doutores dedicados a analisar questões relativas à Paz, Defesa e Segurança Internacional, favorecendo a troca de informações entre seus pesquisadores através da promoção de reuniões de leitura e discussão.

Nossos produtos

- [Observatório de Política Exterior](#)
- [Observatório Sul-Americano de Defesa e FA](#)
- [Observatório de Conflitos](#)
- [Cenários Prospectivos](#)
- [ERIS – Defesa e Segurança Internacional](#)
- [ATLAS da Defesa Sul-Americana](#)
- [Rede Nacional de Estudos Estratégicos](#)
- [Dicionário de Segurança e Defesa](#)



ObDEF- Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas

O ObDEF é um observatório temático da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), constituído por docentes e discentes do curso de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios ([Eppen](#)), e tem como missão promover o debate público sobre a defesa nacional e as relações civis-militares de forma a contribuir com o semear de uma cultura democrática

